

Taiana Car Vidotto  
Ana Maria Reis de  
Goes Monteiro



DISCURSO PROFISSIONAL E O  
ENSINO NA FORMAÇÃO DO  
ARQUITETO E URBANISTA  
MODERNO EM SÃO PAULO:  
1948 – 1962

RESUMO

No Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960, a profissão do arquiteto e o ensino de arquitetura passaram, em sintonia, por profundas alterações. Essas modificações, resultado das influências presentes nos ideais do contexto internacional se concretizaram, no contexto nacional, a partir da sua difusão em periódicos e em eventos nacionais como os Congressos Brasileiros de Arquitetos e Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Em São Paulo, as mudanças foram consequência da associação de diversos agentes que se consorciaram através do principal órgão da categoria dos arquitetos, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SP). Nesse contexto, este artigo se propõe a analisar as circunstâncias e os agentes envolvidos nas discussões que culminaram no que se conhece como a Reforma de 1962 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), que tinha como intuito formar o arquiteto moderno. Para tal, a pesquisa, de caráter documental, considerou os debates presentes nos boletins e atas das assembleias do IAB/SP e os documentos existentes nos arquivos da FAUUSP e da Escola Politécnica da USP, no período compreendido entre a fundação da FAUUSP (1948) e a Reforma de 1962. O que se viu, foi o surgimento de um novo perfil profissional, o do arquiteto e urbanista.

PALAVRAS-CHAVE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. Instituto de Arquitetos do Brasil. Ensino de arquitetura e urbanismo. Arquitetura moderna. Arquitetura brasileira.

LO DISCURSO PROFESIONAL Y LA  
EDUCACIÓN EN LA FORMACIÓN DEL  
ARQUITECTO Y URBANISTA  
MODERNO EN SÃO PAULO: 1948 – 1962

THE PROFESSIONAL DISCOURSE AND  
TEACHING IN THE SHAPING OF THE  
MODERN ARCHITECT AND URBAN  
PLANNER IN SÃO PAULO: 1948 – 1962

RESUMEN

En Brasil entre los años 1940 y 1960, al mismo tiempo en que ocurrían cambios en la profesión, se implementaron modificaciones importantes en la enseñanza de la arquitectura. Parte de esto fue el resultado de la influencia de los ideales presentes en el contexto internacional, que se materializó en el contexto nacional por medio de su difusión en revistas y eventos nacionales, como los Congresos de Arquitectos de Brasil y Reuniones Nacionales de Estudiantes de Arquitectura y Urbanismo. En São Paulo, los cambios implementados fueron una consecuencia de varios agentes diferentes, unidos conjuntamente través del cuerpo principal de la categoría de arquitectos, el IAB / SP - Instituto de Arquitectos de Brasil. En este contexto, este artículo tiene como objetivo analizar las circunstancias y los actores involucrados en las discusiones que culminaron en lo que se conoce como la Reforma de 1962, de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo - FAUUSP, que tenía la intención de formar el arquitecto y moderno urbanista. Con este fin, la investigación, de carácter documental, fueran considerados los debates en los boletines y actas de las reuniones del IAB/SP y documentos existentes en los archivos de la FAUUSP y la Escuela Politécnica de la Universidad de São Paulo, en el período comprendido entre la fundación de la FAUUSP (1948) y la Reforma de 1962. Como resultado, hubo la aparición de un nuevo perfil profesional, del arquitecto y urbanista.

PALABRAS CLAVE

Faculdade de Arquitectura y Urbanismo – USP. Instituto de Arquitectos do Brasil. Enseñanza de la arquitectura y del urbanismo. Arquitectura moderna. Arquitectura brasileña.

ABSTRACT

In Brazil, between the 1940's and 1960's, there were deep changes in the architect profession and education. Those changes were the result of influences that existed within the international framework of ideals and became extremely important in the Brazilian context. These ideals were disseminated through journals and events, such as the Brazilian Congresses of Architects and National Students Meetings of Architecture and Urbanism. In Sao Paulo, the implementation of those changes was possible as a consequence of the association from the Brazilian Institute of Architects – IAB and many other agents. This article is an effort to analyze the circumstances and the agents involved in the discussions that resulted in what is known as the 1962 Reform of FAUUSP – Faculty of Architecture and Urbanism from the University of São Paulo – which was made to form the modern architect. In order that, this documental research, considered the debates in the bulletins and minutes of the IAB/SP, in addition to existing documents in the archives of FAUUSP and the Polytechnic Scholl of University of São Paulo in the period between the foundation of FAUUSP (1948) and 1962 Reform. As a result, a new professional arose, the architect and urban planner.

KEYWORDS

Faculty of Architecture and Urbanism - USP. Brazilian Institute of Architects. Architecture and urbanism education. Modern architecture. Brazilian architecture.

## INTRODUÇÃO

A constituição de um novo perfil profissional, o do arquiteto e urbanista, na cidade de São Paulo, especialmente no período de 1948 a 1962, foi resultado da ação de diversos agentes que, comprometidos com o reposicionamento e a consolidação da profissão, atuaram em prol de profundas mudanças no ensino de arquitetura. Nesse contexto, esse artigo se propõe a analisar as circunstâncias e os agentes envolvidos nas discussões do que se conhece como Reforma de 1962 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Entende-se por Reforma de 1962 o nome dado à proposta de introdução do atelier de projetos como cerne do ensino de arquitetura, para o qual se voltavam todas as disciplinas, em uma estrutura que objetivava a unificação da formação e a atuação profissional do arquiteto e do urbanista. Sua efetivação se deu como consequência da aplicação dos conceitos discutidos no âmbito do Instituto de Arquitetos do Brasil, especialmente em seu núcleo paulista (IAB/SP), assim como nos Congressos Brasileiros de Arquitetos e nos Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, os quais estavam alinhados aos princípios adotados pelos arquitetos modernos no contexto internacional (VIDOTTO, 2014).

No período, arquitetos e estudantes de arquitetura, buscavam a aproximação do ensino à realidade prática da profissão, que havia se modificado segundo o contexto socioeconômico nacional, possibilitando novas demandas profissionais, em especial nas capitais dos Estados, como foi o caso de São Paulo. Com isso, tanto o planejamento urbano quanto a industrialização da construção civil tornaram-se temas de primeira ordem no ensino de arquitetura. Aliados a esses estavam o estudo das disciplinas de humanidades. Assim, o arquiteto seria um profissional “incumbido de organizar o meio físico, em suas relações diretas com o ser humano considerado no conjunto de suas necessidades biológicas, psicológicas e culturais, coordenando para tal fim as aplicações das técnicas contemporâneas” (MILLAN, 1962, p.?). Em seu novo papel, o arquiteto deveria exercer a atividade de coordenador de projetos, tornando-se indispensável para a transformação do meio urbano.

Além disso, deve-se considerar o reposicionamento profissional do arquiteto, em busca da distinção em relação à profissão do engenheiro – que deveria se responsabilizar exclusivamente por obras de infraestrutura – e ao do construtor – que não tinha autonomia para execução de projetos –, de modo simultâneo a “renovação de princípios teóricos e do estilo, ao nível sociocultural” que se enquadravam dentro dos conceitos do modernismo (DURAND, 1972, p.). Para tal, os arquitetos aliaram-se aos artistas plásticos, escritores e intelectuais, defensores das causas modernas, no que ficou conhecido por “caminho heroico” (SAIA, 1959 in XAVIER, 2003).

Este artigo analisa o período compreendido entre os anos de 1948, data de fundação da FAUUSP e 1962, quando se concretizou a Reforma no ensino dessa Escola. Sua seleção baseou-se na definição de duas fases abordadas por Graeff (1995) quanto ao ensino de arquitetura no Brasil. A primeira entre 1948 e 1955, chamada de “confirmação da autonomia conquistada”, após a criação da primeira escola autônoma de arquitetura, a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), e a segunda fase, de 1955 a 1962, de “luta pela reforma do ensino de arquitetura”. Buscou-se, portanto, aprofundar a análise nesse

período diante da multiplicidade de eventos transcorridos nesses anos, promovidos pelos arquitetos e estudantes de arquitetura, não apenas no âmbito da cidade de São Paulo, mas no contexto nacional. A conjunção dos fatores abordados em associação à atuação de diversos agentes culminou na Reforma de 1962 da FAUUSP que, apesar de não ser a única no país, norteou o ensino de arquitetura e urbanismo em incontáveis cursos brasileiros, em especial no Estado de São Paulo. Dessa forma, serão analisados no campo do ensino e da profissão do arquiteto o contexto internacional, o contexto brasileiro, o papel do IAB/SP e a Reforma de 1962 da FAUUSP.

## OS CONTEXTOS INTERNACIONAL E NACIONAL

No contexto internacional as transformações relativas ao ensino de arquitetura tiveram início em 1919, com a fundação da Bauhaus por Walter Gropius, cujo objetivo era unir a formação teórica e prática através da vivência em indústrias e oficinas, retomando o aprendizado dos ofícios por meio da prática. Desde o início, na cidade de Weimar, o atelier<sup>1</sup> era o principal espaço de ensino e, para que os alunos tivessem uma formação completa, as aulas eram ministradas por dois professores, um artista e um artesão (DROSTE, 2001). Em 1928, após seu fechamento em Weimar, a Bauhaus instalou-se em Dessau, e esteve sob o comando de um novo diretor, Hannes Meyer. Com ele, iniciou-se o curso de arquitetura ao qual se adicionou a matriz criada por Gropius do atelier, o ensino com objetivo de “atender primeiramente as necessidades do povo, luxo depois” (DROSTE, 2001, p. ). Até o seu fechamento definitivo, em 1933, a Bauhaus ainda passou por uma outra fase, sob a direção de Mies van der Rohe. Nessa, a escola afastou-se das “preocupações sociais e dos métodos que aproximavam o ensino da vida real, passando a estudar essencialmente e depois exclusivamente problemas técnicos e formais” (Kopp, 1990, p.). Após seu fechamento, Walter Gropius passou a lecionar em Boston e Mies van der Rohe tornou-se diretor da Escola de Arquitetura do então Armour Institute, na cidade de Chicago. Com a chegada de Mies van der Rohe o ensino de arquitetura na escola americana passou por uma grande transformação segundo os conceitos por ele utilizados na Bauhaus, especialmente focados na produção industrial. O novo currículo estava diretamente baseado nas técnicas de desenho e no conhecimento dos novos métodos construtivos e novos materiais.

Por sua vez, Walter Gropius passou a escrever sobre suas experiências no ensino e divulgou seu “Plano de Ensino de Arquitetura”<sup>2</sup>. Para ele, uma reformulação deveria ser realizada através da aproximação da teoria com a prática, propondo visitas às obras, às indústrias, possibilitando ao aluno o contato direto com os materiais utilizados e desenhados por ele em seus projetos. Para tal, desde o primeiro ano, as práticas de desenho deveriam ser acompanhadas de trabalhos manuais, com a introdução de conceitos de superfície, volume, espaço e cor, além de elementos de construção e estrutura. Em paralelo à compreensão dos conceitos de plástica, os estudos de composição deveriam ter uma finalidade social, de melhoria das condições de vida das comunidades, com a inclusão de temas referentes aos problemas urbanos. Nos anos seguintes, Gropius propôs a complementação do ensino nos ateliers com estágios em obra, obrigatórios, por no mínimo seis meses. Ainda

no contexto dos ateliers, o Plano de Ensino definia que os alunos deveriam fazer trabalhos em grupo de forma que criassem uma “arquitetura anônima, em lugar do exibicionismo superficial”. Além disso, o arquiteto determinava que o ensino de História da Arte e da Arquitetura, presente preferencialmente a partir do terceiro ano do curso, deveria focar as causas e condições que fizeram de uma dada expressão artística uma marca em seu tempo, evitando assim reproduções e imitações. Por fim, sugeriu que o ensino deveria ser ministrado por professores com experiência em projeto e construção, em uma relação de um professor para cada 12 a 16 alunos (IAB nº 11, 1954).

Le Corbusier também teve papel importante no contexto da reformulação do ensino de arquitetura no Brasil. Em 1929, ele veio à Argentina e ao Brasil, quando divulgou as discussões ocorridas no Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (Ciam) de 1928, do papel a ser desempenhado pela arquitetura diante dos problemas econômicos e sociais, para além das questões estéticas e técnicas. Quanto ao ensino, em sua 8ª conferência na Argentina intitulada *A “cidade mundial” e considerações talvez inoportunas*, buscou responder à questão formulada por um professor da Faculdade de Ciências Exatas: “*o que o senhor faria se fosse encarregado de ensinar arquitetura?*”. Inicialmente, Le Corbusier deixou claro que a resposta a esse tema fora improvisada e se tratava de uma pergunta inoportuna, mas, para ensinar arquitetura ele proibiria o uso das ordens e dos tratados e afirmava a necessidade da especulação intelectual pelo estudante, estimulando-o a ter o controle do próprio aprendizado. Através dessa especulação intelectual, o aluno construiria uma visão questionadora, sem reproduzir soluções, mas criando novas possibilidades através do esboço e da observação de situações reais (CORBUSIER, 2004). Naquele ano, Le Corbusier também proferiu uma conferência no Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Belas Artes (Enba). Essa conferência foi apontada como um dos fatores que levaram à proposição da reforma do ensino dessa escola por Lúcio Costa<sup>3</sup>, sugerindo o fim do uso dos antigos tratados. No entanto, mesmo sem a concretização desta, Souza (1978, in XAVIER, 2003) apontou que a partir de 1930 os exercícios nas disciplinas de composição<sup>4</sup> mudaram, segundo os conceitos da arquitetura moderna:

*Era a função de cada cômodo; era a utilidade de uma cozinha, observando seu funcionamento e a disposição de seu equipamento; era a interligação desses cômodos, mais os quartos e as salas, que dava a funcionalidade da planta. Tínhamos uma planta livre, sem os cânones e a simetria até então obrigatórios. Podíamos criar uma fachada, uma cobertura, uma estrutura (SOUZA, 1978 in XAVIER, 2003, p.67).*

Quanto à atuação profissional, no mesmo período, a profissão do arquiteto foi regulamentada em diversos países da Europa: na Polônia (1921), em Portugal (1925), na Bélgica e na França (1926) e na Espanha e na Inglaterra (1929) (RIOS, 1934). Na Itália, onde estudaram Rino Levi e Gregori Warchavchik<sup>5</sup>, a regulamentação sucedida em 1923 trouxe reflexos às mudanças ocorridas no ensino de arquitetura. Esse, originalmente dividido entre os institutos politécnicos – que formavam os *architetti civili* – a as academias de belas artes – que formavam *professori di disegno architettonico* –, foi reorganizado para preparar o “arquiteto integral”. Por sua vez, o profissional instruído mediante um novo instituto deveria conhecer a técnica e a ciência das construções, assim como a história e os valores artísticos.

Simultaneamente às mudanças no ensino e na profissão do arquiteto no mundo, o contexto nacional passava por transformações que culminaram, inicialmente, na regulamentação da profissão do arquiteto<sup>6</sup> no Brasil, através da Lei nº 23.569/1933 – Regulamento das Profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor. Esse decreto teve como papel principal coibir a prática profissional dos autodidatas, pois a atuação passava a ser exclusiva aos engenheiros, arquitetos e engenheiros-arquitetos diplomados. Contudo, as atribuições profissionais<sup>7</sup> definidas pela lei eram reflexo do ensino de arquitetura no Brasil, subdividido e sobreposto entre as Escolas de Belas Artes e as Escolas Politécnicas<sup>8</sup>.

Desde a década de 1920, a atuação profissional dos arquitetos e engenheiros-arquitetos na cidade de São Paulo estava concentrada em um pequeno número de profissionais, empregados em firmas construtoras. Entretanto, a partir da aprovação da Lei nº 23.569/1933 ocorreram algumas mudanças. Segundo Saia (1959 in XAVIER, 2003), nas décadas de 1930 e 1940, em paralelo às atividades nas construtoras, começaram a surgir firmas mais modestas, especialmente para obras residenciais, através da associação<sup>9</sup> de dois engenheiros-arquitetos ou de um engenheiro-arquiteto com um engenheiro-civil. Essas foram uma ponte para a atuação dos arquitetos de forma independente dos engenheiros e das construtoras.

Simultaneamente, Rino Levi e Gregori Warchavchik<sup>10</sup> passaram a defender o exercício da profissão através da valorização da autoria do projeto. Ambos atuavam não só como profissionais liberais e proprietários de escritórios de arquitetura, mas, também, introduzindo em suas obras e projetos, características plásticas ainda novas para a cidade de São Paulo, alinhadas ao modernismo. Esse novo modo de atuação profissional tornou-se referência a ser seguida e foi referendada pelo IAB/SP.

### O PAPEL DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, SEÇÃO SÃO PAULO – IAB/SP

Em 1943, foi instalado na cidade de São Paulo o núcleo do IAB<sup>11</sup>. Seu principal articulador foi Eduardo Kneese de Mello que, nomeado delegado paulista pelo IAB Central buscou reunir seus colegas (IAB nº 01, 1954). Além de unir os arquitetos paulistas, o IAB/SP foi criado com o objetivo de divulgar a produção da arquitetura brasileira, a profissão do arquiteto e de discutir seu ensino e formação (IAB, Circular nº 34, 1945). Através do Instituto, iniciou-se uma estratégia de reposicionamento de suas atividades, pautada na distinção da profissão do arquiteto à do engenheiro civil, como autor de projetos e profissional liberal (DURAND, 1972; FICHER, 1989).

A primeira ação do IAB/SP foi a de ampliar as discussões em prol da criação de escolas autônomas de arquitetura através da definição desta pauta como um dos temas do I Congresso Brasileiro de Arquitetos, ocorrido em 1945, na cidade de São Paulo. Como resultado do evento, foi redigido um projeto de lei para a criação dessas escolas, aprovado no mesmo ano pelo presidente Getúlio Vargas. Assim, em 1945 foi criada a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), com o propósito de “ministrar o ensino de arquitetura e de urbanismo, visando à preparação de profissionais altamente habilitados; realizar estudos e

pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos, que constituem objeto de seu ensino”. Estes fins seriam cumpridos em dois cursos – o de Arquitetura, com cinco anos de duração, e o de Urbanismo, com dois anos, a ser cursado por arquitetos e engenheiros graduados (FNA, 1945). Dessa forma, todos os cursos de arquitetura foram obrigados a se adequar a Lei nº 7.918/1945. Na cidade de São Paulo, duas escolas autônomas foram fundadas a partir de cursos de engenheiro-arquiteto existentes: a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie (FAM) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). No entanto, a criação destas novas escolas não se adequava ainda à formação do arquiteto que pretendia outra atuação e reconhecimento profissional, e tampouco significava liberdade para possíveis mudanças no ensino por motivos distintos em cada uma delas.

Na FAM, o monopólio intelectual e estético imposto por Christiano Stockler das Neves, diretor e principal professor do curso de Arquitetura naquele período, fez tardar mudanças mais impactantes no ensino, que pudessem formar arquitetos segundo os paradigmas modernos<sup>12</sup>. O que diferia a FAM da FAUUSP era a visão política de seus líderes, a tomar como referência os posicionamentos de Christiano Stockler das Neves e João Batista Vilanova Artigas. O ambiente da FAUUSP foi mais profícuo para as discussões sobre a formação de arquitetos segundo sua atuação como autor de projetos e profissional liberal. Seus professores eram membros do IAB/SP<sup>13</sup> e a ideologia que o Instituto defendia passou aos poucos a gerar uma necessidade de mudanças, incluindo a discussão do que era ou deveria ser ensinado aos alunos, especialmente em relação à criação de projetos a partir dos novos programas que se impunham. Na FAUUSP, mesmo com um ambiente favorável às discussões, algumas questões barravam a transformação radical do seu ensino: sua dependência administrativa da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo<sup>14</sup> e a permanência de alguns professores desta escola no corpo docente da nova Faculdade.

Contudo, para os arquitetos “focalizar o ensino de arquitetura significava erigir as novas bases para poder cumprir as tarefas sociais” atribuídas naquele momento, e com um número pequeno de profissionais formados isso não seria possível (ARTIGAS, 2004). Para tanto, era necessário que se organizasse uma estrutura de ensino para a formação de um número maior de arquitetos. Nesse sentido, em 1945, o I Congresso Brasileiro de Arquitetos teve outra pauta importante: a defesa da função social do arquiteto em sua atividade. Essa foi entendida como a cooperação para desenvolvimento do estudo da fixação do homem em coletividades, na planificação geral de cidades e suas periferias, núcleos rurais e industriais (IAB, Circular nº 34, 1945). A conceituação dessa função no evento remete-nos à pauta das discussões ocorridas no ambiente da Bauhaus, especialmente quanto ao atendimento da necessidade da população, abordado por Hannes Meyer. Naquela Escola, o ensino foi transformado para a formação de profissionais que pudessem, através de sua atuação, mudar a sociedade. No contexto brasileiro, essa discussão se daria diante do período de ditadura vivido pelo país no qual os arquitetos acreditavam poder intervir em prol dessa transformação.

Pode-se dizer que para João Batista Vilanova Artigas<sup>15</sup> esta máxima se aplicava. A necessidade de exercer a profissão com cunho social defendida por ele teve origens em seu posicionamento político. Segundo Buzzar (1996) e Matera

(2005), desde o início de sua atuação como arquiteto Artigas nunca deixou de ser membro atuante do Partido Comunista Brasileiro. Sua defesa pelo reposicionamento da profissão do arquiteto com foco no cumprimento de sua função social, atuando como profissional liberal e prestando serviço ao Estado estava diretamente relacionada à sua militância política. Desta forma, Artigas influenciou muitos de seus alunos na FAUUSP e pôde direcionar algumas das decisões tomadas pelo IAB/SP quanto ao arquiteto que se queria.

Por outro lado, os professores da FAUUSP passaram a frequentar muitos dos espaços culturais de discussão do moderno na cidade de São Paulo. Este convívio com artistas foi chamado por Saia (1959, in XAVIER, 2003) e Artigas (in ABEA, 1978) como “caminho heroico”, pois através dessa vivência os arquitetos puderam se aliar a outros profissionais em defesa do moderno e divulgar a sua atuação. Esses espaços frequentados pelos arquitetos eram projetados e organizados por eles. A exemplo disso estavam a Biblioteca Municipal de São Paulo, inaugurada em 1942, que abrigou a seção de instalação do IAB/SP; o Museu de Arte de São Paulo (MASP), 1947, e seu Instituto de Arte Contemporânea (IAC)<sup>16</sup> (1951); além do Museu de Arte Moderna (MAM)<sup>17</sup>, 1948. Em 1951, juntou-se a esses espaços o edifício do IAB/SP, que recebia exposições, sediava o Clube dos Artistas em seu subsolo e promovia confraternizações em seu restaurante. Além disso, muitos arquitetos possuíam escritórios próximos a esses espaços no centro de São Paulo, assim como eram próximas a esses as escolas de arquitetura. Segundo Saia (1959 in XAVIER, 2003, p.) “a frequência dos artistas pelos arquitetos e dos escritórios de arquitetura por esses se tornou um fato corriqueiro e, por isso mesmo, pouco percebido, em que pese a enorme importância de tal acontecimento”. Consequentemente, os arquitetos passaram a participar de uma discussão mais ampla na cidade de São Paulo que “permitiu aos jovens arquitetos uma atualização e uma união sensível e comportamental à inteligência mais viva na cidade daqueles anos” (DEDECCA, 2012, p.).

O papel do IAB/SP, assim como a atuação do IAB Central, se estendeu além de seus espaços físicos, através da organização de diversos eventos no país na sequência do I Congresso Brasileiro de Arquitetos. Ainda na década de 1940, o II Congresso Brasileiro de Arquitetos foi realizado em Porto Alegre (1948), o III ocorreu em Belo Horizonte (1953), o IV Congresso se deu novamente na cidade de São Paulo (1954) e o V Congresso (1955), o último realizado no período de análise deste trabalho, no Recife. Em todos esses, seguiram-se as discussões sobre a definição da atuação profissional nos conceitos da função social do arquiteto, da sua posição em órgãos públicos, além da reformulação do ensino de arquitetura, voltado às novas tecnologias e ao desenvolvimento da indústria. A principal queixa dos participantes era a falta de alinhamento do que era ensinado em oposição ao que era exigido do arquiteto como profissional graduado (PEREIRA, 1953). Outro tema comum em todos esses congressos foi a busca pela autonomia do ensino de arquitetura, pois, as Faculdades de Arquitetura do Recife e de Salvador ainda seguiam dependentes de suas respectivas escolas de Belas Artes, enquanto a FAUUSP, encontrava-se sem um regulamento próprio, dependente da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Essas discussões, expressas nos anais dos congressos, evidenciam o período definido por Graeff (1995) da busca pela consolidação da autonomia nas escolas de arquitetura, da fundação da FNA até o ano de 1955.



No contexto paulista, em 1955, o IAB/SP teve papel fundamental para a aprovação do primeiro regulamento da FAUUSP (Lei nº 3.233/1955). Com a confirmação da autonomia, iniciou-se a contratação de novos professores, o que não era permitido com a Lei nº 104/1948, quando estes deveriam ser preferencialmente da Escola Politécnica da USP. A luta para que professores arquitetos fizessem parte do corpo docente aproximou os alunos da diretoria do IAB/SP, pois estes apresentavam diretamente ao Instituto suas demandas. A aproximação dos alunos da FAUUSP com o IAB/SP<sup>18</sup> se deu ao mesmo tempo em que se iniciou a participação dos mesmos nos Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Sua organização, vinculada à dos profissionais, possuía força para promover mudanças. Simultaneamente aos Congressos Brasileiros de Arquitetos, ocorreram na década de 1950 três encontros de estudantes: o primeiro, em 1952, na cidade de Salvador, o segundo em 1953, no Recife e o terceiro, em Porto Alegre no ano de 1954. Os estudantes também discutiam a necessidade da busca de um ensino que estivesse alinhado à prática profissional. Esse problema foi reforçado com as críticas às aulas que propunham projetos inadequados e seguiam baseadas em livros antigos. Além disso, afirmavam claramente a defesa pela estética moderna, advogando a favor do ensino centrado nos ateliers de projeto. Assim como os arquitetos, também reforçavam a necessidade da luta pela autonomia das escolas de arquitetura e, com isso, de uniformidade dos métodos de ensino utilizados nas escolas, que eram muito distintos entre elas. Somado a essas propostas, os estudantes apresentaram a proposta da organização do ensino em Departamentos de Composição, de Cultura e História e de Construção e Cálculo, com a possibilidade de execução dos trabalhos em conjunto entre as disciplinas, organização essa que foi incorporada ao Regulamento da FAUUSP de 1955. Da mesma forma discutiam a atuação profissional, defendendo a criação de cargos públicos para os arquitetos. Evidencia-se aqui o reflexo do posicionamento político de parte dos estudantes, em conformidade com alguns de seus professores, de que a arquitetura enquanto moderna poderia transformar a sociedade (ANAIS..., 1952; ANAIS..., 1953; ANAIS..., 1954).

Nesse contexto da função social e dos cargos públicos estava a atuação do arquiteto como urbanista, responsável pela execução de planos urbanos. Essa discussão foi iniciada entre o IAB/SP e a FAUUSP quando da aprovação do primeiro regulamento da Faculdade, em 1955. Nele, foi proposta a criação do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos (CPEU)<sup>19</sup>. Seu objetivo era munir os alunos da graduação de dados reais para seus projetos, aliando, assim como no contexto internacional da Bauhaus, a teoria com a prática. O CPEU estabeleceu convênios com diversas cidades do interior do Estado de São Paulo para a concepção de projetos urbanísticos, tornando-se uma referência. O IAB/SP divulgava as ações do CPEU em seus Boletins e a atuação do arquiteto como urbanista ganhou um importante destaque, diante das demandas constantes de planos urbanos naquele tempo.

Em 1958, a relevância atribuída pelo IAB/SP ao exercício do urbanismo pelo arquiteto culminou na proposição de uma nova regulamentação profissional, apoiada pelos alunos da FAUUSP através do GFAU – Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Esta promovia o fim das sobreposições de atribuições dos arquitetos e engenheiros civis, presentes na Lei nº 23.569/1933, propondo a exclusividade da autoria de projetos de edificações e de

urbanismo aos arquitetos, que passariam a ser os únicos responsáveis por estudos, pareceres, peritagens, estimativas, desenhos, planos, projetos e fiscalizações de projetos nas áreas de planejamento urbano e regional, edifícios e suas obras complementares, além de obras de caráter artístico e monumental, arquitetura de interiores e arquitetura paisagística. Assim, quanto ao exercício do urbanismo, os arquitetos assumiam outra tarefa “perante o cliente e a sociedade, uma responsabilidade nova de planificar, que não era compreendida na formação do engenheiro, por exemplo” (IAB nº 56, 1958).

Nesse momento, os acontecimentos que se davam entre as mudanças do ensino e da profissão se sobrepunham, sendo possível identificar o segundo período apontado por Graeff (1995), de luta pela reforma do ensino de arquitetura, pautado pelas mudanças propostas na atividade profissional. Desde 1957, uma nova concepção de organização do currículo fora divulgada pela Comissão de Ensino da FAUUSP<sup>20</sup>, propondo a organização desse através da centralidade no atelier de projetos, complementado por disciplinas organizadas em departamentos. Contudo, foram necessários outros eventos, os “Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura” para que fossem efetivadas as bases da Reforma de 1962 e consolidada a autonomia no ensino de arquitetura.

## A REFORMA DE 1962

A luta pela consolidação da autonomia do ensino de arquitetura teve como episódios finais os “Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura”, nos anos de 1960, 1961 e 1962. Nesses, participantes das escolas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Minas Gerais discutiram a necessidade definitiva da aproximação do ensino com a prática profissional. A proposta para a reformulação do ensino havia sido abordada, mais detalhadamente, em 1958, quando se deu o “Encontro Regional de Educadores Brasileiros”, do qual participaram Roberto de Cerqueira César e Carlos Milan<sup>21</sup> e detalhada no documento redigido por Millan – *O Atelier na Formação do Arquiteto* – no ano de 1962, que sintetizava o que fora discutido nos Congressos Brasileiros de Arquitetos e de Estudantes de Arquitetura, assim como nos Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura.

Quanto às discussões conjuntas entre diretores, professores e estudantes foi reafirmado o foco do ensino de arquitetura no atelier de projetos e nas disciplinas de composição, entendidas como “planejamento do meio físico em seus diversos aspectos”. Foram reforçadas a necessidade da existência de disciplinas técnicas, humanas e culturais, de modo a possibilitar uma formação na área das ciências humanas e, a inserção de disciplinas de desenho industrial para “projetos de equipamentos, móveis e utensílios e a fabricação de elementos de construção” (FAUUSP, 1962, p.). No tocante ao desenho industrial, deve-se apontar a sintonia com as mudanças no ensino promovidas na Bauhaus e, posteriormente, nos Estados Unidos, tanto por Walter Gropius quando por Mies van der Rohe. Além de sua inserção no currículo, foi proposta a criação de Centros de Pesquisa em todas as faculdades, assim como já funcionava o CPEU na FAUUSP, mas priorizando sua dedicação à habitação mínima (FAUB, 1961; FAUUSP, 1962).

As resoluções finais desses encontros divulgaram os princípios da organização de um currículo mínimo para curso de arquitetura, no qual as disciplinas de Composição, a serem ministradas no atelier, deveriam tomar 50% da carga horária dos cursos e abranger não apenas o estudo de edifícios, mas também o planejamento do espaço externo e o estudo do objeto. De modo a adquirir a linguagem para representação dos projetos, os alunos teriam o ensino de Desenho, Geometria Descritiva e Perspectiva. Para os estudos teóricos, aplicação nas questões técnicas e estruturais da construção indicavam as disciplinas de Matemática, Mecânica, Resistência dos Materiais, Física Aplicada, Topografia, Estabilidade das Construções e Materiais de Construção. Com o objetivo de compreender as necessidades humanas, a proposta incluía o ensino de Economia, Sociologia, História da Arquitetura e do Planejamento. Por fim, foi sugerida a introdução do estudo da Legislação, da Organização do Trabalho e Ética Profissional. A isto, acrescentou-se a necessidade de respeito e adequação às características regionais de cada Faculdade (FAUUSP, 1962). Evidencia-se nessa proposta do currículo mínimo o acréscimo de disciplinas que não eram ministradas no curso de arquitetura quando da criação da FNA (Lei nº 7.918/1945) – a exemplo de História da Arquitetura e do Planejamento – e o aumento da carga horária de Composição, com destaque a abrangência de temas do objeto ao contexto urbano.

O reflexo dessas discussões no âmbito da FAUUSP se deu em dezembro de 1961, com a aprovação da Portaria nº 09<sup>22</sup> e o estabelecimento de um novo currículo para a escola. Por sua vez, o trabalho de Carlos Millan, *O Atelier na Formação do Arquiteto* veio reafirmar os temas expostos nos contextos nacional e internacional, registrando o marco do que se conhece como Reforma de 1962 na FAUUSP. A primeira recomendação foi a revisão dos programas das disciplinas, sugerindo sua organização por departamentos e a interdisciplinaridade. A seriação do curso deveria iniciar com uma carga maior de conhecimentos técnicos e, nos últimos anos, finalizar com um aumento de disciplinas socioculturais, tudo norteado pelas aulas de composição, da forma como estipulado no Plano de Ensino de Walter Gropius (1954). Quanto a essas aulas, tratava de propor um aumento do número de horas de dedicação aos trabalhos nos ateliers e efetivá-los como cerne do ensino de arquitetura.

No texto de Carlos Millan foi aprofundada a relação de entrosamento das disciplinas no atelier e encontramos a expressão “Arquitetura e Urbanismo” quando se refere ao tratamento conjunto da arquitetura com o planejamento urbano, da forma como proposto na definição da profissão em 1958 e na ampliação dos temas de planejamento urbano no currículo mínimo:

*Uma das falhas mais graves da estrutura de ensino que rejeitamos reside precisamente na sua dissociação (da Arquitetura e do Urbanismo), que subtrai a arquitetura de seu contexto natural e imprescindível (o contexto urbano) fora do qual ela não se explica e não pode ser compreendida (MILLAN, 1962 p. 39).*

A iniciativa de integração da arquitetura e do urbanismo garantia aos arquitetos a possibilidade de atuarem como planejadores urbanos, dando início ao profissional que até os dias de hoje é nomeado arquiteto e urbanista. Para Millan (1962), fazia-se tardio o momento “para uma reforma de base no ensino de acordo com as novas necessidades da profissão” (MILLAN, 1962, p.). Esta

reforma deveria pautar-se na extinção do sistema de cátedras isoladas, pois, a falta de integração do ensino técnico com o ensino artístico era uma das maiores causas de prejuízo no exercício da profissão, inviabilizando a necessária aproximação entre a teoria e a prática. O ensino isolado não permitia aos alunos o entendimento da complexa tarefa de projeto, impossibilitando a atuação do arquiteto como era desejada pela categoria profissional, através do IAB. Somente por meio do atelier seria possível a simulação de casos reais, os quais os arquitetos e urbanistas modernos vivenciariam na vida prática. Portanto, aulas que integravam as disciplinas técnicas, plásticas e humanísticas eram o ensaio desejado pelos alunos para uma definitiva aproximação entre teoria e prática e essas deveriam ser ministradas, preferencialmente, por professores arquitetos.

Com a aprovação da Portaria nº 09 de 1961, a FAUUSP concretizou, no ano seguinte, a Reforma de 1962, no que se compreende ao nome dado à introdução do atelier de projetos como cerne do ensino de arquitetura e urbanismo, para o qual se voltavam todas as disciplinas, em uma estrutura que unificava a formação profissional do arquiteto e do urbanista. Como definição do atelier de projetos, Milan (1962) atribuía e ele a importância de: dotar os alunos de capacidade de representação e expressão gráfica, ensiná-los valores estéticos e plásticos, explorando sua capacidade criadora e raciocínio construtivo e aproximá-los da vivência profissional, dos desafios do arquiteto ao atender às reais necessidades sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma de 1962 na FAUUSP foi um marco. A partir dela foi possível o surgimento de um outro perfil profissional, o do arquiteto e urbanista. Seu resultado se deu através da conjunção de diversos agentes – entre arquitetos, professores da FAUUSP, diretores do IAB/SP e estudantes de arquitetura – e fatores – como as mudanças na profissão e a adoção do moderno como estilo e causa. A convivência dos agentes nos diversos eventos ocorridos no período de 1948 a 1962 possibilitou a ampla discussão sobre a organização de uma nova profissão e a transformação do ensino de arquitetura através da introdução dos preceitos modernos para a formação de profissionais alinhados a eles. As mudanças não trataram apenas da inclusão de autores contemporâneos ou de uma abordagem da arquitetura através de uma nova linguagem, mas referiam-se à própria forma de ensinar a prática profissional, a partir de problemas reais; da relação entre disciplinas através do atelier e especialmente, da relação entre a arquitetura e o urbanismo. Além destes, a introdução dos preceitos modernos dizia respeito a uma nova atuação profissional. Esta tomava para si a responsabilidade cunhada pelas vanguardas russas e pelo ensino de Hannes Meyer na Bauhaus, no início do século 20, de transformar a sociedade. Para os arquitetos paulistas, a introdução dos preceitos modernos era uma causa (KOPP, 1990), na medida em que seriam capazes de atuar na construção das cidades, segundo novos programas, técnicas e materiais. Acima de tudo, a nova atuação dos arquitetos tinha o objetivo de coordenar uma grande mudança na sociedade, tornando-os imprescindíveis em qualquer cenário, pois sua atividade seria privativa a eles e não mais compartilhada com outros profissionais, conforme definido no projeto de lei apresentado em 1958 (IAB, nº 56, 1958).

Em vista do impacto que a Reforma de 1962 teve não apenas no ensino da FAUUSP, mas também no ensino de arquitetura em todo o país, pode-se afirmar que o projeto de ideologização da profissão concebido no período estudado foi bem sucedido. Iniciado em 1945, quando a atuação dos arquitetos se restringia a sua participação em firmas construtoras e pequenos escritórios, a reorganização da profissão passou pela criação de um número maior de escolas autônomas. Assim, com um contingente significativo de profissionais e a participação desses em outros ambientes culturais, foi possível um novo posicionamento, passando a focar a atuação como profissional liberal, coordenador e autor de projetos em escritórios de arquitetura.

Nesse enredo, é possível enxergar as bases que permanecem até os dias de hoje, tanto no ensino quanto na atuação profissional do arquiteto e urbanista, a começar pela unificação da formação profissional e pelo seu caráter generalista. No ensino pode-se apontar o papel do atelier de projetos como protagonista, a partir da sequência de exercícios que formam o estudante, culminando com o trabalho final de graduação. Quanto à profissão, a principal herança é a atuação do arquiteto como autor de projetos não apenas de edificações, mas também de urbanismo, da paisagem e de interiores, conforme a Lei nº 12.378/2010<sup>23</sup>.

Além disso, é necessário destacar a importância das ações coletivas como a organização dos eventos pelas diretorias dos IAB's, a união dos alunos no âmbito da FAUUSP através do GFAU, e no contexto nacional a participação e promoção dos encontros entre os estudantes, em conjunto com a divulgação realizada por diversos arquitetos, como João Batista Vilanova Artigas, Eduardo Kneese de Mello, Rino Levi, Gregori Warchavchik, Carlos Millan, entre outros, na consolidação de sua profissão. O impacto destas discussões coletivas não esteve restrito à cidade de São Paulo. As novas demandas profissionais dos arquitetos foram reflexos do que havia ocorrido em outros países do mundo e estavam presentes nas demais cidades brasileiras, conforme a participação de arquitetos e estudantes de todos os Estados nos Congressos Brasileiros de Arquitetos. Escolas como as de Salvador, do Recife, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul estavam engajadas na luta pela autonomia e pela qualidade do ensino ministrado. Afinal, quanto mais profissionais estivessem alinhados à atuação defendida através dos IAB's e instituições locais, maior seria o impacto da transformação impressa pelos arquitetos na sociedade e, por consequência, seu reconhecimento profissional. Deve-se adicionar a isso, a necessidade de perpetuação desses conceitos na formação de novos arquitetos, o que foi possível na FAUUSP através da contratação de alguns alunos recém-formados como professores da escola a exemplo de Jon Maitrejean, Rodrigo Lefèvre e Julio Roberto Katinsky.

As mudanças no ensino de arquitetura, concretizadas com a Reforma de 1962, foram a base para a Reforma de 1968 da FAUUSP que, por sua vez, teve reflexos na concepção do Currículo Mínimo de Arquitetura e Urbanismo de 1969. Este, apropriado pela Ditadura Militar e imposto como modelo nacional, foi reproduzido exhaustivamente, perdendo seu significado e a sua essência, até a sua substituição pelas diretrizes curriculares, o que se deu em 1994.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Além do pressuposto de integração entre ensino teórico e prático através do atelier, a Bauhaus tinha como objetivo a construção de uma nova sociedade. Essa premissa estava alinhada às discussões trazidas pelos alunos, inspirados no contexto da Revolução Russa (KOPP, 1990).
- <sup>2</sup> Publicado pela primeira vez na Revista Architecture D'Aujordui, em 1950 e, no Brasil em 1954, pelo Boletim do IAB/SP.
- <sup>3</sup> No entanto, Pinheiro (2005) comenta que esse foi o primeiro contato de Lucio Costa com o franco-suíço, mas não foi o episódio decisivo para que o arquiteto adotasse os conceitos da arquitetura moderna. Teriam sido mais importantes para ele o convívio com Gregori Warchavchik e a proximidade com Flávio de Carvalho.
- <sup>4</sup> Gregori Warchavchik foi contratado para o cargo de professor da ENBA na disciplina de Composição do 4º ano, enquanto Alexandre Buddeus para a do 5º ano. Segundo Santos (in XAVIER, 2003), esses dois professores fizeram uma verdadeira revolução na escola.
- <sup>5</sup> Gregori Warchavchik, arquiteto ucraniano formado na Itália, chegou à cidade de São Paulo em 1923 onde se fixou, casando com a filha de um dos industriais locais. Sua formação ocorreu em um ambiente de reforma do ensino de arquitetura no país que buscava, em 1918, a constituição de escolas autônomas. Segundo Lira (2011), essa mudança ocorrida na Itália, que abrangia a atuação profissional do arquiteto italiano, foi única no mundo naquele período com exceção da Bauhaus. Em sua formação, Warchavchik teve a introdução de disciplinas humanistas, além de um princípio de autonomia para a criação em seus projetos.
- <sup>6</sup> Para Luiz de Anhaia Mello e João Batista Vilanova Artigas a aprovação do regulamento profissional, mesmo utilizando o termo arquiteto em seu título, não reconhecia o profissional como tal. Segundo Artigas (in ABEA, 1978) o arquiteto era considerado um "desenhador, ignorante das Leis da Gravidade e do comportamento das estruturas".
- <sup>7</sup> O decreto nº 23.569 regulamentava as profissões do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrimensor. Este estava alinhado ao ensino e à atuação profissional, que já não satisfiziam a categoria dos engenheiros-arquitetos. A principal queixa era a sobreposição de funções que eram permitidas tanto a eles quanto aos engenheiros civis. Eram elas: o estudo, o projeto, a direção, a fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares; o projeto, a direção e a fiscalização dos serviços de urbanismo. As únicas especializações profissionais exclusivas dos arquitetos e engenheiros-arquitetos eram: o estudo, o projeto, a direção, a fiscalização e construção das obras que tivessem caráter essencialmente artístico ou monumental; o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística; o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica (BRASIL, 1933).
- <sup>8</sup> No Rio de Janeiro o curso de arquitetura, era ministrado, desde 1889, na Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, que possuía suas raízes na Academia Imperial de Belas Artes – AIBA, fundada em 1826. Por sua vez, no Estado de São Paulo, o ensino de arquitetura se dava, desde o ano de 1894, no curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo. A partir de 1917, o curso passou a ser ministrado também na Escola de Engenharia do Mackenzie College. Ambas as escolas atribuíam como diferenciação entre o curso de Engenheiro-Arquiteto e o curso de Engenharia-Civil a disciplina de Composição. (BREIA, 2005; FICHER, 1989).
- <sup>9</sup> Foram exemplos de associações desse molde: Pujol e Toledo, Bratke e Botti, Kosuta e Santos, Neves e Duarte (SAIA, 1959 in XAVIER, 2003).
- <sup>10</sup> Naquele tempo, também Christiano Stockler das Neves defendia a atuação do arquiteto através da autoria de projetos. O que o diferenciava de Rino Levi e Gregori Warchavchik era a adoção dos padrões estéticos das Belas Artes, herdados de sua formação nos Estados Unidos.
- <sup>11</sup> O atual Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) nasceu na Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, no ano de 1921, com o nome de Instituto Brasileiro de Arquitetura (IBA). Nos primeiros anos, o IBA congregava arquitetos e engenheiros e buscava defender os direitos da profissão e questões como a realização de concursos públicos para a construção de edifícios, o ensino e o exercício da profissão. Ainda nos anos 20, o IBA passou por uma cisão interna, subdividindo-se em dois grupos que voltaram a unir-se em 1925, sob o nome de Instituto Central de Arquitetos. A partir da década de 1930, o Instituto assumiu sua postura a favor de arquitetura moderna e, em 1934, adotou o nome de Instituto de Arquitetos do Brasil. Nos anos 1940, o IAB passou a criar os departamentos estaduais, dentre os quais foram criados, em 1943, os departamentos de Minas Gerais e São Paulo (Fonte: [www.iab.org.br](http://www.iab.org.br), acesso em 23 de julho de 2013).

- <sup>12</sup> No entanto, deve-se destacar que formaram-se diversos arquitetos no Mackenzie que participaram, direta ou indiretamente, como agentes da Reforma de 1962, a exemplo de Eduardo Kneese de Mello, Jacob Ruchti, Carlos Millan e Oswaldo Arthur Bratke. Todos eles atuaram em defesa da profissão como diretores do IAB/SP e, com exceção de Oswaldo Arthur Bratke, foram contratados como professores da FAUUSP (VIDOTTO, 2014).
- <sup>13</sup> Eram professores da FAUUSP e diretores do IAB/SP: Luís de Anhaia Mello, Carlos Alberto Gomes Cardim, Luís Saia, Ícaro de Castro Mello, Ariosto Mila, João Batista Vilanova Artigas, Roberto Cerqueira César, Oswaldo Correia Gonçalves, Eduardo Kneese de Mello, Abelardo Reidy de Souza, Rino Levi, Eduardo Corona e Carlos Millan (VIDOTTO, 2014).
- <sup>14</sup> Desde o aceno favorável à criação da FAUUSP pela Congregação da Escola Politécnica de São Paulo, o caminho para efetivar a escola teve adversidades. Em 1947, a FAUUSP possuía um edifício, a Vila Penteado, mas não tinha a sua lei de criação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Diante destas circunstâncias, iniciou-se a participação dos alunos que, ao serem aprovados no vestibular para a nova Faculdade passaram a requerer a sua fundação para o início de seus estudos. A partir de 1948, com a Lei nº 104 aprovada, a FAUUSP iniciou suas atividades, porém sem um regulamento próprio. Em virtude disso, a dependência administrativa da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo passou a ser um entrave. Naquele momento a ação dos membros do IAB/SP foi de buscar a substituição dos professores da Escola Politécnica por arquitetos, especialmente na disciplina de Composição. Faziam parte deste grupo José Maria das Neves, Luís de Anhaia Mello (então diretor da Faculdade), João Batista Vilanova Artigas, Ícaro de Castro Mello e Rino Levi (VIDOTTO, 2014).
- <sup>15</sup> Desde sua viagem aos Estados Unidos, onde foi comissionado pela Escola Politécnica para verificar como se dava o ensino de arquitetura naquele país, Artigas teve contato com modernos como Walter Gropius no MIT e Mies van der Rohe no ITT. É provável que Vilanova Artigas tenha sido influenciado pelo contexto vivido naquela viagem, especialmente no tocante à relação entre os professores e as instituições de ensino – muito mais flexíveis – e a pesquisa desenvolvida nos laboratórios, conforme relatado por Irigoyen (2002).
- <sup>16</sup> Diversos arquitetos do IAB/SP eram membros da Congregação do IAC como Eduardo Kneese de Mello, Oswaldo Bratke, Rino Levi, Alcides da Rocha Miranda, Jacob Ruchti e a própria Lina Bo Bardi (LEON, 2006). Eduardo Kneese de Mello, Bratke e Levi eram também professores da FAUUSP.
- <sup>17</sup> “Participam deste grupo João Batista Vilanova Artigas (escritura, diretoria artística, conselho da administração, comissão de arquitetura e adaptação da sede), Salvador Candia (escritura), Carlos Cascaldi (escritura), Roberto Cerqueira Cesar (escritura), Galiano Ciampaglia (escritura), Manilo Cocenza (escritura), Miguel Forte (escritura e comissão de exposições), Giuseppe Severo Giacomini (escritura), Virgilio Isolda (escritura), Gilberto Junqueira Caldas (escritura), Eduardo Kneese de Mello (escritura e conselho de administração), Rino Levi (escritura, 1º secretário/diretoria e conselho da administração), Leo Ribeiro de Moraes (escritura), Jacob Ruchti (escritura, conselho de administração e comissão de folclore), Gregori Warchavchik (escritura e conselho de administração) e Roger Henri Weiler (escritura)” (NASCIMENTO, 2003, p.21).
- <sup>18</sup> A ação próxima dos estudantes junto ao IAB/SP trazia para o Instituto a segurança de que os ideais defendidos pelos arquitetos seriam perpetuados pelas próximas gerações. O Instituto passou a receber associados aspirantes para participarem de seus quadros e passou a apoiar a contratação de jovens arquitetos, recém formados, como professores auxiliares nas escolas de arquitetura. Pode-se citar como exemplo Jon Maitrejean, Ruy Gama, Joaquim Guedes Sobrinho, Nestor Goulart Reis Filho, Abrahão Sanovicz, Brenno Cyrino Nogueira, Júlio Roberto Katinsky, Cândido Malta Campos Filho, Benedito Lima de Toledo. Da parte dos alunos, faziam parte do IAB/SP como representantes do GFAU, Edoardo Rosso, Francisco Torres e Joaquim Vicente Ferrão. Além dos alunos que participaram das reuniões das assembleias do IAB/SP, os alunos que se associaram ao Instituto foram: Toshio Tone, José Luis Fleury de Oliveira, Roberto Franco Bueno, José Geraldo Veiga, Wladimir Kliass, Abrahão Sanovicz, Alberto Carlos Araújo, Heitor Ferreira de Souza, Jaguanhara de T. Ramos, Jerônimo Esteves Bonilha, Ayako Nishikawa, Brenno Cyrino Nogueira, Júlio Ribeiro Bandeira Villela, Júlio Roberto Katinsky, Lucio Grinover, Luis de França Roland, Maria Aparecida C. França, Marlene Picarelli, Regina Zonta e Alberto José Schaefer.
- <sup>19</sup> A criação do CPEU estabeleceu uma forte relação entre suas práticas e o que se ensinava na única disciplina de Urbanismo no curso de Arquitetura, uma vez que o curso de Urbanismo de dois anos não deu início às suas atividades (BIRKHOLZ; RONCA; ZAHN, in SINOPSES MEMÓRIA, 1993). No contexto do Estado de São Paulo, o CPEU atuou, em parceria com o governo, de modo a consolidar a categoria profissional dos arquitetos nas atividades de planejamento urbano. Junto ao curso de Arquitetura, o Centro de Pesquisas construiu uma estreita relação entre a teoria e prática,

estabelecendo um importante papel no desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo e na divulgação do profissional arquiteto e urbanista. Em 1958, o CPEU celebrou a parceria com os seguintes municípios, para o desenvolvimento de estudos urbanísticos: Santa Rita do Passa Quatro, Águas da Prata, Socorro, Campos do Jordão e São José dos Campos. Posteriormente, foram assinados convênios com as prefeituras de: Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela (IAB nº 50, 1958). Com a Reforma de 1962, “abandonou-se a ideia da implantação de um curso de Urbanismo a nível de pós-graduação e ampliou-se a abrangência do ensino do Planejamento Territorial, desde a graduação” (BIRKHOLZ; RONCA; ZAHN, in SINOPSES MEMÓRIA, 1993).

<sup>20</sup> Fizeram parte desta comissão João Baptista Vilanova Artigas, Rino Levi, Hélio Duarte e Abelardo de Souza. Não foram encontrados relatos de quem a nomeou.

<sup>21</sup> Carlos Millan esteve empenhado em defender a atuação profissional e o ensino de modo que o arquiteto exercesse sua função social. Formado no Mackenzie, Millan deixou sua sociedade na Branco & Preto, empresa de design de móveis, e passou a lecionar na FAUUSP. Seus princípios também influenciaram a concepção do atelier de projetos, que se tornou, com a Reforma de 1962, o cerne do ensino de arquitetura, o meio de reprodução da prática profissional dentro da nova proposta de ensino.

<sup>22</sup> A Portaria nº 09, de dezembro de 1961, fixou o currículo padrão dos cursos normais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

<sup>23</sup> Lei nº 12.378/2010 - Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.

## REFERÊNCIAS

CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 1952. Salvador. **Anais...** Salvador: Bureau Internacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 1952. 48p.

CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2., 1953. Recife. **Anais...** Recife: Bureau Internacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 1955. 96p.

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE TRABALHOS UNIVERSITÁRIOS, 1954. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Bureau Internacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 1954. 170p.

ABEA. **Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil.** Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978, 91p.

ARTIGAS, J. B. V. **Caminhos da arquitetura.** São Paulo: Cosac Naify, 2004, 234p.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 104 de 21 de Junho de 1948 – Dispõe sobre a criação, na Universidade de São Paulo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.** Consultado em: 08 abr. 2012.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 3.233 de 27 de Outubro de 1955 – Dispõe sobre o regulamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, criada pela Lei n. 104, de 21-6-48, e dá outras providências.** Consultado em: 20 set. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro, de Arquiteto e de Agrimensor.** Consultado em: 17 out. 2012.

BREIA, M. T. de S. **A Transição do ensino de arquitetura Beaux-Arts para o ensino da arquitetura moderna na Faculdade de Arquitetura Mackenzie – 1947-1965.** 2005. 488p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

BIRKHOLZ, L.B; RONCA, J. L. C; ZAHN, C.E. Ensino de planejamento territorial no Grupo de Disciplinas de Planejamento, do Departamento de Projeto da FAUUSP, de 1948 a 1992. **Sinopses Memória.** São Paulo, Edição Especial, p. 31-33, 1993.

BUZZAR, M. A. **João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira: 1938 – 1967.** 1996, 337p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

CORBUSIER, L. **Precisões sobre um Estado presente da arquitetura e do urbanismo.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004, 295p.



- DEDECCA, P. G. **Sociabilidade, crítica e posição**: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo. 2012. 402p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DROSTE, M. **Bauhaus**: 1919-1930. Berlin: Taschen, Bauhaus-Archiv, 2001.
- DURAND, J. C. G. **Arquiteto**: estudo introdutório de uma ocupação. 1972. 133p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA - FNA. **Regimento**. Rio de Janeiro. 1945. 40p.
- ENCONTRO DE ARQUITETURA, 2., **Encontro de Arquitetura**. Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, 1961.
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - USP. **Programa Proposto para 1962**. São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1962.
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - USP **Conclusões dos I, II e III Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura em Belo Horizonte 1960, Salvador 1961 e São Paulo 1962**. São Paulo, 1962.
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - USP. **Lista dos alunos formados entre 1952 - 1962**. São Paulo: FAUUSP, 2013.
- FICHER, S. **Ensino e profissão**: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo. 1989. 2v. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- GRAEFF, E. A. **Arte e técnica na formação do arquiteto**. São Paulo: Studio Nobel; Fundação Vilanova Artigas, São Paulo, 1995. 142 p.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. **Boletim Mensal**. São Paulo, n . 1, 1954. 7p.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. **Boletim Mensal**. São Paulo, n. 11, 1954. 5p.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. **Boletim Mensal**. São Paulo, n. 50, 1958. 5p.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. **Boletim Mensal**. São Paulo, n. 56, 1958. 5p.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. **Circular nº 34**. São Paulo, 1945, Caixa nº 55 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 06 de Junho de 2013.
- IRIGOYEN, A. **Wright e Artigas**: duas viagens. Atelier Editorial: São Paulo, 2002, 201p.
- KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel, 1990, 254p.
- LEON, E. **IAC- Instituto de Arte Contemporânea**: Escola de Desenho Industrial do MASP (1951 – 1953): primeiros estudos. 2006. 236p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LIRA, J. **Warchavchik**: fraturas da vanguarda. São Paulo: Cosac Naify, 2011, 552p.
- MATERA, S. **Carlos Millan**: um estudo sobre a produção em arquitetura. 2005. 440p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, 440p.
- MILLAN, C. B. **O ateliê na formação do arquiteto**: relatório apresentado pelo professor Carlos Barjas Millan, Coordenador do Grupo de Estudos do Ateliê. São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1962, 46p.
- MONTEIRO, A. M. R. de G. **O Ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil**: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005. 2007. 293p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas, 2007.
- NASCIMENTO, A. P. **MAM**: museu para a metrópole. 2003. 282p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- PEREIRA, A. B. **III Congresso Nacional de Arquitetos**. Minas Gerais: IAB. 1953. 59p.
- PINHEIRO, M. L. B. **Lucio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes**. 2005. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Maria%20Lucia%20Bressan%20Pinheiro.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2012.

- RIOS, A. M. de los. **A regulamentação da profissão do arquiteto**. Rio de Janeiro, 1934. 191p.
- SAIA, L. Arquitetura paulista. In: XAVIER, A. (org). **Depoimentos de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 408p.
- VIDOTTO, T. C. **A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948 - 1962**. 2014. 260p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas, 2014.
- UZEDA, H. C. de. **O curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes e processo de modernização do centro da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, jan. 2010. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/arte\\_decorativa/ad\\_huzeda.htm](http://www.dezenovevinte.net/arte_decorativa/ad_huzeda.htm)>. Acesso em: abr. 2013.

### **Nota do Editor**

Data de submissão: Dezembro 2014

Aprovação: Junho 2015

---

### **Taiana Car Vidotto**

Arquiteta e urbanista pela Universidade Paulista. Mestre pelo Programa de Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Unicamp.

Rua Dr. Carlos Guimarães, 143  
13024-200 – Campinas, SP, Brasil  
(19) 99614-2993

[taiana.car.vidotto@gmail.com](mailto:taiana.car.vidotto@gmail.com)

### **Ana Maria Reis de Goes Monteiro**

Arquiteta e urbanista e mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Doutora pela Unicamp. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. É autora do livro Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional em Campinas. Campinas: CMU, 2009. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo com ênfase em: Formação e ensino de arquitetura e urbanismo, Arquitetura moderna brasileira, processo de projeto de arquitetura.

Departamento de Arquitetura e Construção – FEC/Unicamp  
Rua Saturnino de Brito, 224  
13083-889 – Campinas, SP, Brasil  
(19) 35212068  
[anagoes@fec.unicamp.br](mailto:anagoes@fec.unicamp.br)